

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 167

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>Líder Oposição</i> | <i>Orlando Pessuti</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Moção de Apoio:

**MOÇÃO DE APOIO
AO GOVERNO O ESTADO**

Senhor Presidente.

A Bancada Ruralista da Assembléia Legislativa apóia o governo do Estado por ter agido dentro da lei,

cumprindo ordem ao promover a desocupação de propriedades rurais, que tinham sido vitimadas por invasões comandadas por pretensão movimento social, que não representa nem os agricultores e tampouco a sociedade paranaense - em sua ampla maioria trabalhadora, ordeira e pacífica.

O governador Jaime Lerner esgotou no episódio sua conduta de tolerância democrática, conhecida de todos os paranaenses; primeiro as autoridades tentaram a via do diálogo para obter que os agitadores a caminho da capital atendessem à medida judicial, só depois aplicando medidas de defesa da ordem democrática.

Hipotecando inteiro apoio à linha de ação do governo do Paraná executada pelo Secretário da Segurança doutor José Tavares, cumpre lembrar que a democracia só se torna possível quando todos os seus membros - inclusive quando formulam reivindicações que consideram justas - se dispõem a observar os limites da lei, aplicada por juízes e autoridades que derivam seu poder direta ou indiretamente da legitimidade das urnas, usando bom senso na firmeza para resguardar o interesse geral da sociedade.

Sala das Sessões, em 23.11.2000.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DIVANIR BRAZ PALMA, ÉLIO RUSCH, NELSON GARCIA, DUÍLIO GENARI, EDNO GUIMARÃES e FERNANDO RIBAS CARLI.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Tavares, secretário de Segurança Pública, atendendo sugestão aprovada no I Fórum de Desenvolvimento Econômico, realizado pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu -Acifi, que tratou de problemas de segurança pública na região.

Dentre as questões discutidas pelo Fórum, foi aprovada a Criação e Implantação do Batalhão Metropolitano da Polícia Militar em Foz do Iguaçu. O Conselho Comunitário de Segurança de Foz do Iguaçu, demonstra estar plenamente de acordo com a proposta apresentada, conforme demonstra documento em anexo.

Sala das Sessões, em 23.11.2000.

(a) **CHICO NOROESTE**

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Ensino Médio Supletivo para o Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, em Foz do Iguaçu.

A presente e oportuna solicitação já foi protocolada junto ao Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação, sob nº 4.445.217-0.

Sala das Sessões, em 23.11.2000.

(a) CHICO NOROESTE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 397/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Ensino de Castrolanda, com sede e foro no município de Castro, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade Associação Evangélica de ensino de Castrolanda, que mantém a Escola Evangélica da Comunidade de Castrolanda- Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau, que ora pretendemos seja declarada como de Utilidade Pública Estadual tem sua sede junto a rua Juliana, nº 286, junto à Colônia Castrolanda, município de Castro, Estado do Paraná e foi fundada no dia 21 de agosto de 1993.

Atua pedagogicamente com o propósito essencial de orientar, coordenar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem das crianças da comunidade e arredores, sem qualquer distinção de raça, cor, credo ou religião.

Além disso, desenvolve um excelente trabalho pautado nos princípios da cidadania de todos os indivíduos que pela referida escola passam, caminhando através da educação para a construção de uma sociedade mais justa.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78 que dispõe a matéria.

Dessa forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de Lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor dos municípios da cidade de Castro, especialmente os residentes junto a Colônia Castrolanda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Tivemos nesta semana a visita de um membro do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, aonde solicitava àquela entidade, através desse diretor, uma atenção mais de perto de nós todos, parlamentares e principalmente da

Mesa Executiva, no que concerne ao transporte ferroviário do Estado do Paraná. Sabem os senhores e todo o Paraná conhece como, também Santa Catarina, que a Rede Ferroviária Federal Paraná-Santa Catarina, foi entregue através de concorrência efetuada, a empresas que hoje fazem o transporte de grãos e de carga no nosso Estado e no vizinho Estado de Santa Catarina.

Há muitas deficiências, senhores parlamentares, no que concerne principalmente àquele patrimônio, aonde os Estados do Paraná e Santa Catarina por muitos e vários anos fizeram com que esta rede - que era o exemplo a nível nacional, não seja este patrimônio conservado por estas empresas.

Esse diretor que nos visitava, como também visitou e conversou com o deputado Augustinho Zucchi, nos transmitia que diversos setores, não só e tão somente aonde está sendo usado o corredor de transporte de grãos e de cargas ferroviárias, mas muitos daqueles que estão hoje abandonados, sendo deteriorados pelo tempo e corroídos principalmente pela falta de manutenção, temos a obrigação, senhor presidente, senhores deputados, esta Casa, de realmente fazer valer a nossa fiscalização pelo patrimônio que o povo do Paraná construiu. São estas estações abandonadas, são trechos que realmente não são servíveis, e acima de tudo aquilo que é mais caro de todos nós, que é a manutenção, que antes num espaço entre 400 ou 300 ou 200, ou 100, ou 50 km, eram feitos por engenheiros habilitados, por equipes de serviço, às vezes até contratadas, mas que mantinham a transitabilidade dos nossos vagões e trens dentro de um padrão de segurança e principalmente de respeito ao meio ambiente.

E é nesse caso que me dirijo ao ilustre deputado defensor do meio ambiente, como todos desta Casa, o deputado Beraldin, que tanto lutou pelos royalties dos municípios e tanto tem lutado pela preservação das matas nativas do nosso Estado, queria conclamá-lo também para esta idéia que lançamos nesta manhã, aonde o respeito pela natureza que não é feito por estas empresas que hoje estão transportando as cargas ferroviárias, pelos diversos acidentes apresentados, pela falta de manutenção dos corredores dessas cargas, aonde a atenção do governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes não tem feito a fiscalização devida, nos acidentes ocorridos perto dos rios, de riachos e de mananciais.

E, agora, mais de perto ainda, com a represa alagada que mantém o fornecimento de água de Ponta Grossa, a Defesa Civil da nossa cidade, tomando mão e indo à frente, através da fiscalização do trecho que margeia a nossa represa, que é a fornecedora do abastecimento de água, porque se ali ocorre, aquele acidente que ocorreu pela falta de manutenção em Fernades Pinheiros, temos uma calamidade pública na nossa cidade, e principalmente, a falta de abastecimento de água.

Ontem, quando esse engenheiro aqui veio, trouxe essa reivindicação que já temos há muito tempo, é que hoje estamos pedindo aos senhores parlamentares, para,

no início do próximo ano legislativo, fazemos neste plenário ou no plenarinho desta Casa, com anuência do presidente Nelson Justus ou do presidente a ser eleito, seja qual for ele, teremos a oportunidade de aqui realizarmos um Simpósio do Transporte Rodoviário trazendo as denúncias, os diretores, as posições e trazendo o respeito ao dinheiro público do Paraná, que foi construído na Rede Ferroviária Federal.

Concedo o aparte ao ilustre deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Deputado Zuk, primeiro quero cumprimentá-lo pelo assunto importante que traz à tribuna nessa sessão.

Discutimos o transporte hidroviário e o transporte ferroviário, talvez seja um dos temas mais importantes que teremos no futuro presente, até porque o transporte rodoviário está se tornando caro, e cada vez mais difícil, muito mais fácil seria se o governo concretizasse aquele sonho do Noroeste do Estado, com a Hidrovia do Ivaí, aonde no governo Mário Pereira se criou o Conselho da Rodovia do Ivaí.

Este projeto Hidrovia do Ivaí, já está pronto e o governo federal pagou por ele 5 milhões de reais, na época. Então é um projeto perfeitamente viável.

Agora o transporte ferroviário, por incrível que pareça, está hoje quase ao patamar de custo do que está o transporte rodoviário. Sabemos que o transporte ferroviário deveria ser muito aquém do custo do transporte rodoviário. Temos que baixar o custo do nosso transporte, afim de baixarmos o chamado custo Brasil.

Por isso, repito, transporte rodoviário e ferroviário são os dois temas fundamentais e Vossa Excelência aborda exatamente esse assunto, aborda também a questão que foi terceirizada pelo governo federal, que é a Rede Ferroviária que transita Paraná e Santa Catarina.

Mas, temos mais um assunto ferroviário a ser discutido que é a Ferroeste, que foi construída com os recursos do Estado do Paraná, na ordem de 400 milhões de reais, que foram investidos na Ferroeste. Foi também feito uma concessão.

Esta concessão, não sei, sinceramente, não posso afirmar a Vossa Excelência se ela vem cumprindo aquela etapa estabelecida pelo contrato da concessão. Se o compromisso das concessionárias, em comprar os vagões foi concluído, se os investimentos da empresa que ganhou a concorrência da concessão, enfim, estão cumprindo com aquilo que foi contratado com o governo do Estado.

Mas é sem sombra de dúvida mais um tema para o próximo ano, porque este ano não teremos tempo. Então quero cumprimentá-lo por trazer este assunto, aqui.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço seu aparte e queria pedir à Mesa Executiva atual e também deixar registrado para a futura Mesa Executiva, que em fevereiro próximo ou março, mais precisamente, queríamos realizar, neste Casa, um simpósio

sobre o transporte ferroviário do nosso Estado do Paraná. Queria que a Mesa Executiva, através da sua comissão, principalmente de trabalhos legislativos, fosse desde já agendando os diretores, os supervisores e aqueles que tiveram um envolvimento naquela concorrência feita, o seu chamamento. Bem como, o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná que tão bem de perto, como nós, querem fiscalizar aquele trabalho a ser efetuado pelas permissionárias através dos contratos que estão fazendo o transporte de cargas ferroviárias em nosso Estado.

Acho que é tema onde todos os 54 senhores deputados devem se engajar, porque diz respeito na mesma proposta do governo federal, que quer reduzir os custos e agora com o aparte feito do deputado Beraldin, esta Casa tomou conhecimento que o custo operacional do transporte rodoviário é tão igual ou quase igual o transporte que está sendo oferecido pela malha ferroviária do nosso Estado. E ainda mais: tem o adendo da Ferroeste, que queremos convocar alguns ex-diretores e os atuais permissionários do transporte onde esteve assentado mais de 400 milhões de reais do povo do Paraná e entregue, agora, por um percentual de uma mensalidade mensal, onde a cada trimestre - de acordo com denúncias feitas, uma quantia quase que insignificante, pelo capital empregado, está sendo paga por aqueles que conseguiram esta concessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente e senhores deputados.

No dia de ontem, acompanhado do deputado Aedemar Traiano, relator da CPI dos Supermercados e dos deputados: Antonio Belinati, Hermes Fonseca, Moisés Leônidas e Miltinho Pupio chegamos às dez da manhã na Câmara Municipal de Londrina. Ali se faziam presentes os representantes da sociedade do Norte do Paraná, com ramo de atividade junto à rede de supermercados. Ouvimos, primeiramente, um jovem de 18 anos que trabalhava no Carrefour, através de uma empresa laranja, pois essas multinacionais estão optando por este sistema de contratar empresas laranjas. Porque quando têm que responder judicialmente pelos atos praticados dentro do próprio estabelecimento, no caso, o Carrefour, eles inventam essa forma de jogar para essas empresas.

A empresa que cito se chama Reta. Ela contratou o jovem, ele foi colocado dentro do Carrefour, foi trabalhar num setor sem especialidade e perdeu quatro dedos da mão. Quando questionado o Carrefour, o Carrefour mandou falar com a empresa. Quando foi procurada essa empresa, ela não existia mais em Londrina, mas sim em Ribeirão Preto. A Justiça de Londrina não consegue citar os responsáveis. E isto, senhores deputados, é realmente

vergonhoso, que as autoridades constituídas do Paraná, a exemplo a Prefeitura de Londrina, que não fiscaliza a empresa que fornece mão-de-obra, o Estado e a Delegacia do Trabalho também se acovardam e não fiscalizam. E existe, realmente, esse grande problema, hoje, em redes de supermercados, que é a mão-de-obra através de empresas laranjas.

A CPI ouviu o gerente do Carrefour, e vamos convocar pela CPI aqui na Assembléia, senhor presidente, o diretor responsável, para que ele assuma o compromisso de saldar a indenização e contratar esse funcionário de 18 anos, pois ele não tem a mínima condição de trabalhar, hoje, nessa situação. E o pior é que a empresa Carrefour nunca se preocupou em mandar ao médico, em fornecer um medicamento e não quis tomar conhecimento se esse funcionário que perdeu os dedos estava passando fome ou não.

A ganância dessas multinacionais, a ganância do grupo Sonae, do grupo Carrefour, do grupo Wal Mart e outros, eles estão chegando aqui como dizendo que aqui é “terra de ninguém”, estão se aproveitando de um espaço que hoje reina no Brasil, especialmente na área econômica, e está favorecendo.

Mas, faço um apelo aqui, senhor presidente, que seja comunicado às autoridades constituídas do Paraná que passem a fiscalizar, porque vergonhosamente o Estado do Paraná, através da Vigilância Sanitária, não fiscaliza a rede de supermercados, o IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) não fiscaliza, enfim, a própria Receita do Estado não fiscaliza. Dizem o seguinte, senhores deputados: que os fiscais de Estado são impedidos de fiscalizar esses grandes grupos, porque eles têm padrinho na política do Paraná.

É vergonhoso o que ouvimos. Perguntava aos agentes que ouvimos, e foram mais de quinze pessoas ontem, começamos às dez da manhã e fomos às três e meia da tarde, sem almoço, sem sanduíche, para poderemos cumprir a pauta, - e, vergonhosamente a todos os gerentes perguntamos: a Vigilância Sanitária fiscaliza os supermercados? “Não”. O IPEM fiscaliza? “Não”. A Receita Estadual fiscaliza? “Não”. A Receita Federal fiscaliza? “Não”.

Isso é vergonhoso, porque aqui os deputados são os nossos convidados para que nessa temporada em Guaratuba, Vossa Excelência, presidente representa muito bem nesta Casa, em Matinhos, em Pontal, o que vai ter de fiscal mordendo e enchendo a paciência daqueles comerciantes do litoral que ficam 10 meses na miséria sem poder comercializar, e quando chega a temporada é fiscal em tudo quanto é esquina, em tudo quanto é rua, perseguindo violentamente os comerciantes do litoral. Enquanto isso as redes Sonae, Carrefour e tantas outras estão aí fazendo o que querem sem serem fiscalizadas.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Cartário, tivemos o prazer de estar com Vossa Excelência e com demais parlamentares desta Casa, no dia de ontem em Londrina, promovendo uma das reuniões da CPI dos Supermercados, muito concorrida na cidade de Londrina, com um prestigiamento muito forte da imprensa local, das autoridades do município.

E realmente as denúncias que Vossa Excelência traz ao Plenário desta Casa, são estarrecedoras.

O que nos surpreendeu no dia de ontem é que tão logo ouvimos o depoimento do gerente do grupo Carrefour, na cidade de Londrina, com relação a este acidente de trabalho do seu funcionário, Daniel, jovem de apenas 18 anos, tão logo ouvimos este depoimento ficamos estarrecidos com a manifestação do gerente do Carrefour. Quando questionado se houve um pronto atendimento ao jovem Daniel, por parte do grupo Carrefour, no momento em que aconteceu o acidente, praticamente nada fez, apenas seu gerente auxiliou o jovem com um valor aproximadamente de cinquenta reais.

Uma empresa do porte do grupo Carrefour, que na cidade de Londrina ostenta trezentos e cinquenta funcionários, sequer possui uma Assistente Social para acompanhar o dia-a-dia, a vida dos funcionários do seu grupo na cidade de Londrina, e com certeza não tem também em outras regiões do Paraná.

Portanto, o trabalho da CPI é altamente produtivo e, no final, com certeza, a idéia de que tenhamos que elaborar um projeto de lei no sentido de disciplinar o que vem ocorrendo no Paraná, criarmos um relatório de impacto econômico para disciplinarmos a vinda destes grandes grupos, vai ser um resultado altamente benéfico que a CPI vai promover.

Não podemos mais concordar com as aberrações que estão acontecendo, desrespeitando o homem do Paraná, os funcionários do Estado do Paraná, através de atitudes como esta que aconteceu em Londrina com o jovem Daniel.

Parabéns, senhor presidente, pela iniciativa de deslocar a CPI dos Supermercados para o interior do Paraná!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o apoio que a CPI vem recebendo da Presidência desta Casa, do senhor 1º secretário e, realmente, só uma resposta mais positiva acontece por parte das comunidades paranaenses. O político quando não representa à altura, o povo o afasta através do voto. Hoje, os consumidores estão afastando estes grandes grupos através do afastamento do seu supermercado.

Todos os gerentes que ouvimos do grupo Sonae nos falaram que a queda da venda aos consumidores foi muito grande. Eles chegaram aqui querendo que o povo se entregasse aos seus costumes, à sua cultura, e o que está acontecendo é o contrário, o povo está repudiando a forma como eles estão agredindo os costumes paranaenses porque até produtos que faziam parte da família

paranaense, da família curitibana, hoje não são encontrados mais nas gôndolas dos supermercados.

Este é um aviso e, tenho certeza que a CPI está, inclusive, facilitando uma reflexão a estes grupos para se adaptarem à realidade, pois caso contrário, os dólares que trouxeram, não vão levar nem em reais para seus países de origem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Senhores deputados, esta Assembléia recebe, neste instante, com muita satisfação, o senhor embaixador da Palestina, ciceroneado pelo doutor Edson Vieira Abdala, com uma comitiva que será apresentada aos senhores. Eles já nos visitaram ontem, recepcionados pelo deputado Pessuti, Caíto Quintana e esta presidência.

O embaixador fará uso da palavra neste instante. O doutor Edson Abdala fará a apresentação e posteriormente, com seu tradutor, ouviremos a palavra do senhor embaixador da Palestina.

Com a palavra o doutor Abdala.

O SR. EDSON VIEIRA ABDALA

Senhor presidente, senhores deputados:

“A paz esteja convosco” é uma das saudações mais bonitas que temos. A palavra “shalom”, como bem disse o professor Nader, é uma das noventa e nove palavras que a religião islâmica atribui a um nome de Deus. Alah é o nome mais conhecido!

Neste instante, agradecemos a oportunidade de podermos estar na Casa que temos o maior respeito e, sem dúvida, grandes amigos e irmãos que lutam para a melhoria do estado democrático e de direito.

Estamos incumbidos, neste instante, de apresentar o Excelentíssimo senhor embaixador da Palestina, senhor Musa Amer Odeh. Ele é mestre em Sociologia pela Universidade da Síria e lá também graduado. É diplomata de carreira, serviu em inúmeros países, destacando-se sua atuação na Nicarágua e, ultimamente, no Brasil.

É uma das maiores autoridades palestinas no mundo, e, em razão desta sua maneira de ser e de seu destaque pessoal, foi indicado para o Brasil porque temos, como é sabido, mais árabes no Brasil do que propriamente no Oriente Médio. E, o Brasil recebeu e recebe a todos os imigrantes maravilhosamente bem.

O Brasil tem uma responsabilidade com o povo palestino e com o povo árabe em geral porque aqui recebeu árabes, judeus, recebeu pessoas de todas as nacionalidades, onde convivem irmãs, seus filhos estudam nos mesmos colégios, jantam nos mesmos restaurantes, respeitam-se as religiões.

Todavia neste instante, lamentavelmente, no Oriente Médio, existem falsas informações a respeito do povo palestino que muitas vezes é tratado como terrorista e ávidos para destruir e isso não é verdade! O povo palestino não luta contra o povo judeu, o povo palestino luta contra uma intervenção militar abusiva, ilegal,

desnecessária, que desrespeita todas as cláusulas da ONU e os tratados internacionais.

O que o povo palestino deseja é a mesma coisa que todos os povos têm: liberdade, dignidade, território e paz. E, em nome desta paz, passamos a palavra ao Excelentíssimo senhor Musa Amer Odeh, ciceroneado pelo professor Nader, que fará a tradução do árabe para o português.

Muito obrigado!

O SR. MUSA AMER ODEH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores.

Desculpem-me não falar português, falarei árabe e o professor Nader fará a tradução.

O SR. NADER (Tradutor)

De início agradeço por esta calorosa recepção e por este convite. Tenho a honra de estar na Casa do Povo do Paraná, para falarmos sobre um povo que busca e deseja ter uma vida normal como a vida de vocês.

Nosso povo palestino se encontra na Palestina há milhares de anos, foi vítima de diversas invasões e dentro destas, foram as invasões hebraicas. Enquanto ocorriam as invasões, a Palestina estava sob um reinado de diversos reis cananeus. Dentre eles havia um reinado na cidade de Jerusalém e havia um rei que se chamava Sala. Saíram os hebreus da Palestina, fruto de uma outra invasão; e foram, cada vez de maneira mais exacerbada, aumentando na Palestina.

Não desejo me prolongar no que concerne à história. Quero falar sobre o presente e o futuro. Após o término da primeira guerra mundial, onde os árabes lutaram contra o império turco, que dominou os nossos países de uma maneira bruta e violenta durante aproximadamente 400 anos, para poder ter a sua independência após diversas lutas contra o império. Porém, lamentavelmente, a Palestina foi submissa ao colonialismo inglês e, posteriormente também e ao mesmo tempo, a França colonizou Síria e Líbano, e o primeiro ministro inglês prometeu aos judeus até então existentes na Europa, a criação de um Estado israelense na Palestina - Estado judaico dentro da Palestina. Lutou o nosso povo no início, porque parte do povo palestino era judeu, quer dizer, são palestinos judeus. A ONU divulgou, decidiu, numa resolução, o seguinte: no dia 29 de novembro de 1947 foi dividido o território palestino. Dentro desta resolução, fora dado aos judeus 56% do território palestino e 44% para a criação de um Estado palestino. Os israelenses criaram um Estado com 87% de todo o território da Palestina e restaram apenas 22%. Em, 1967 ocorreu uma guerra, Israel ocupou todas as terras palestinas e outras terras árabes e foi decidido pelas Nações Unidas a famosa Resolução 242, que rege a proibição da ocupação de territórios não pertencentes a qualquer outro povo e solicitou a retirada das tropas israelenses dos territórios

ocupados e a solução do problema dos refugiados palestinos.

Em 1991, o presidente dos Estados Unidos, Georg Bush, convidou para uma Conferência de Paz, para um Encontro de Paz, para a solução do problema do Oriente Médio, baseando-se na Resolução 242 e 338 - Resoluções da ONU.

Em 1993, assinamos a criação de princípios entre nós e os israelenses, para o término da ocupação, para a concretização de uma paz justa, duradoura e completa. E foram determinados cinco anos para a concretização desse acordo, após a assinatura do mesmo.

Lamentavelmente terminaram os cinco anos que regiam o acordo, e para se concretizar foi solicitada uma prorrogação, mais além do que já era prevista.

Em julho desse ano o presidente Bill Clinton convidou o presidente, autoridade palestina, Yasser Arafat e o primeiro ministro israelense Rubarah, para uma conferência em Champ Davis, nos Estados Unidos - permanecendo as delegações presentes, aproximadamente meio mês.

Dialogaram e discutiram os assuntos delicados e sensíveis - dentro desses assuntos era a questão de Jerusalém. Onde a Resolução da ONU, 242, trata a questão de Jerusalém como um território ocupado e pertencente aos palestinos.

Fomos surpreendidos quando o primeiro ministro israelense solicitou que, pela primeira vez, eles tivessem autonomia, soberania e o controle total, irrestrito e ilimitado sobre a Cidade de Jerusalém, dentre os quais os lugares sagrados.

No que concerne aos assentamentos judaicos, que contrariam as resoluções e as leis internacionais, solicitou o governo israelense, a anexação dos mesmos, como parte do próprio território israelense. Isso também contraria as leis internacionais e as decisões da ONU.

No que concerne, dentro das discussões, às fronteiras, o governo israelense também pediu para que as tropas israelenses permanecessem em todas as fronteiras, como por exemplo a Jordânia. E que eles tivessem presença militar, ainda, em várias localidades, dentro da Cisjordânia; sobre o controle de ruas, rodovias e todos os meios de comunicação e fluxo de pessoas, que cortam a Cisjordânia, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Portanto, era difícil imaginar a criação de um Estado palestino, sob tais condições. O que foi proposto para nós era um tipo de apartheid, e esse tipo de comportamento, de atitude não teve sucesso na África do Sul e com certeza não irá lograr êxito na Palestina.

Estimados amigos, buscamos a concretização da justiça, a cessação da ocupação e a criação de uma paz justa, duradoura e completa, que venha nos conduzir a um trabalho construtivo para o futuro das crianças e dos povos de toda a região, como um todo. É verdade que a região é pequena, geograficamente falando, porém com certeza, ela tem condições de ter a nós e Israel atrás das limitações fronteiriças determinadas pela ONU.

Portanto, tanto o lado israelense cumprindo as resoluções da criação do Estado israelense, no que concerne às fronteiras, quanto o Estado palestino, regido pelas resoluções da ONU, para a criação do mesmo.

Fomos surpreendidos com Ariel Sharon, representante da oposição israelense, que vinha planejando a visitação dos lugares sagrados e nos comunicamos com o primeiro ministro israelense e com o presidente Bill Clinton, e solicitamos que eles impedissem esta visita pois a entrada da religião, dentro de um conflito que já vinha sendo confuso, iria complicar mais ainda e não teríamos mais condições de controlá-lo. Lamentavelmente eles não acataram os nossos conselhos e Ariel Sharon visitou os lugares santos, pela primeira vez na história, acompanhado de três mil israelenses e de seguranças. Com certeza o povo palestino recusou-se aceitar este tipo de intimidação e a resposta do exército israelense contra o repúdio e as manifestações foram tiros!

O nosso País vive uma situação caótica desde 28 de setembro, todos os dias temos vítimas, vítimas dos dois lados, mas, com certeza, a maioria das vítimas do lado palestino. Se o exército de ocupação utilizasse todo o aparato militar, todas as formas militares, contrariando assim as decisões da ONU e a 4ª Convenção de Genebra, e nós no meio disto tudo, como vem ocorrendo, suplicamos para a comunidade internacional, dentro da qual o Brasil a intervenção para que cesse este conflito, e que cessem tais genocídios, no tempo ainda oportuno aonde temos ainda tempo, porque existem respostas ainda não muito encorajadoras na região, temos o receio de que a intervenção da comunidade internacional seja tardia, a exemplo do que ocorreu em Ruanda, em Kosovo, na Europa, na Bósnia e no Timor Leste.

Desejamos que a comunidade internacional venha interferir antes que ocorram maiores massacres. E para que possamos impedir que a fórmula da paz não cesse, para que a paz não termine, para que tenhamos condições de criarmos uma paz, pedimos uma proteção internacional ao povo palestino, e para que também possamos evitar qualquer forma de assassinato, de morte, tanto do lado palestino quanto do lado israelense.

Anteontem, vários civis dentro do carro foram metralhados e mortos; como também um ônibus israelense foi vítima de outro episódio.

Esta guerra louca precisa parar e necessita da intervenção da comunidade internacional, para que se concretize a paz na terra da paz e para que possa se criar meios de cooperação no futuro. A paz necessita de justiça, e o fim da ocupação, quando se concretiza justiça e cessa a ocupação, realiza-se a paz, a segurança e a tranquilidade.

Temos plena confiança em Vossa Excelência, na paz e na concretização da paz, e mantermos o espírito da paz. Como mencionamos anteriormente, a palavra e a questão da paz, é uma questão digna, sagrada do Nosso

Senhor de Nazaré, Senhor Jesus Cristo, que surgiu da Palestina para toda a humanidade.

Nosso povo ainda vem sofrendo o mesmo sofrimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, e ainda continua carregando a sua cruz, e Ele olha o mundo onde a justiça está se perdendo.

Muito obrigado!

O SR. CLEITON KIELSE

Senhores deputados, talvez esse momento não seja necessário falar da importância da presença do embaixador aqui na nossa Casa de Leis. Talvez esclarecer algumas perguntas que a imprensa normalmente divulga, mas que realmente queremos saber a verdade nesse momento.

O nosso companheiro Abdala, que é um defensor dos preceitos da legalidade, aqui no nosso Estado tem nos passado algumas informações. Queríamos saber o real interesse dessa guerra de mais de 50 anos, que tanto o Iraque, a Palestina e Israel têm se confrontado por interesses, que nós brasileiros não sabemos realmente.

Se o interesse seria territorial, interesse econômico, uma briga religiosa, com milhares de pessoas já mortas, até o momento? E que nós brasileiros, que temos uma filosofia de paz já há centenas de anos, gostaríamos de ajudá-los, porque em nosso País nunca se ouviu falar em carros bombas, em atentados, com centenas e milhares de pessoas mortas, sem uma justificativa real e plausível para esse massacre, de tantos e tantos confrontos, que sabemos aqui no País, sem uma justificativa para vocês terem essa paz que nós brasileiros temos, graças a Deus!

Saber também, o real interesse de bilhões de dólares de investimentos na guerra propriamente dita, que foram jogados contra o seu próprio povo de uma forma que vocês poderiam ter sido beneficiados, com esses tantos dólares que foram jogados em mais de 50 anos de guerra?

Seria esta pergunta extensa, que acho que é de interesse não só do deputado Kielse, mas de todos os deputados, para terem um esclarecimento. Qual é o real interesse dessas guerras frequentes que existem entre Palestina, Iraque e Israel?

O SR. NADER (Tradutor)

Graças a Deus não tem guerra no Brasil.

Em primeiro lugar, o pilar de todos os conflitos na nossa região, tem por base a questão de ocupação de território - ocupação territorial.

A decisão da ONU em 1967 determinou a desocupação dos territórios ocupados, porque são territórios pertencentes a um povo. Portanto, as tropas que estão nesse território devem evacuar.

À questão dos refugiados palestinos, eles têm o direito de retornar aos seus lares. Com certeza o povo palestino não quer a ocupação do seu próprio lar. Eles desejam viver em liberdade como qualquer outro povo do

mundo. Ele não ameaça ninguém. Historicamente falando, ele jamais agrediu ninguém.

Não somos responsáveis por essas guerras que estão ocorrendo, somos a própria vítima dessas guerras. Desejamos ver o fim da ocupação, que é o motivo das guerras.

Atualmente existe um trabalho que vem sendo feito a nível da mídia para deturpar a verdade, encobri-la. Os palestinos têm condições de cessar a violência.

Estimados amigos, não iniciamos a violência e não temos o mínimo de interesse na violência. O nosso povo está se manifestando e este é um simples direito que ele tem, como qualquer outro povo do mundo, de se manifestar. E ele é um povo órfão, não detém nenhum tipo de armamento. Temos apenas polícia e o próprio governo israelense sabe até o número de fuzis que nossos policiais têm e até o número de balas que a própria polícia palestina tem.

Não temos guerra entre nós e Israel. Existe aí uma agressão em ocupação e na questão do Iraque como o ilustre irmão deputado ressaltou, não tem nenhuma relação com este assunto. O Iraque tinha um assunto ligado à ocupação do Kuwait. E a guerra do Golfo, que ocorreu em 1991, afetou bastante a nossa causa. Não temos o mínimo interesse em termos um exército e nem sequer de direcionarmos um centavo na compra de armamentos. Queremos centralizar todos os nossos recursos financeiros para investimentos, para coisas produtivas, para que possamos recompensar o sofrimento do nosso povo, o que vem ocorrendo há dezenas de anos.

Temos exemplos: o governo da Costa Rica não tem exército, o governo suíço também não, e não desejamos ter nem exército para que não gastemos um centavo sequer em armamento. Desejamos a paz e uma proteção internacional. Não desejamos ver sangue sendo derramado na Cidade Sagrada e num país sagrado. A ocupação alimenta o radicalismo e o radicalismo não tem nenhum interesse na questão da paz. Nosso objetivo, nossa intenção: a paz, a paz, a paz!!! E desejamos viver a liberdade que vocês são abençoados com ela.

O SR. CLEITON QUIELSE

Obrigado, embaixador. Temos vários irmãos que são companheiros do Abdala aqui em Curitiba, comerciantes, industriais, pessoas que produzem em nosso País, por isso seu país é muito bem-vindo em nosso País. E, se precisar de uma indicação de um deputado para representar o Brasil, temos um deputado descendente de libaneses, que é deputado Cesar Seleme, que indicamos e todos os deputados aqui podem indicar para ajudar também, nessa união que queremos ou qualquer um dos outros parlamentares.

Obrigado e seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, em nome de todos os companheiros da Assembléia, agradece a presença do embaixa-

dor e de toda a sua comitiva. e como paranaense e brasileiro torcemos para que o mais breve possível a paz volte a reinar entre esses povos irmãos.

Obrigado pela presença e foi um privilégio recebê-los aqui, nesta manhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, inicialmente para registrar a presença entre nós, do ex-prefeito de Jardim Alegre, o libanês Abdo Mohamed Ade que veio até o nosso gabinete e também prestigiar a visita do embaixador palestino.

Em segundo lugar, para anunciar ao Plenário a presença entre nós, do deputado estadual do Rio Grande do Sul, Marco Peixoto que até alguns dias atrás era o presidente da União Parlamentar do Mercosul e que, junto com parlamentares desta Casa, o deputado Plauto, o deputado Fernando Ribas Carli e outros, participaram em Mendonza - Argentina, de uma reunião dessa União parlamentar.

Gostaria que Vossa Excelência abrisse espaço de cinco minutos ao deputado Peixoto, para que ele fale da próxima reunião da União Parlamentar do Mercosul, que será nos próximos dias em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Marco Peixoto, a palavra é sua.

O SR. MARCO PEIXOTO

Meu caro presidente Nelson Justus. Hoje é um dia especial para mim porque vou, seguramente, falar em tribuna de dois Estados diferentes: aqui, no Estado do Paraná e à tarde no Rio grande do Sul. E já sou amigo de todos aqui da Casa. Já tive o privilégio de proferir uma palestra a respeito da nossa atividade junto à Comissão do Mercosul, que nós, há seis anos atrás criamos no Rio Grande do Sul, e se tornou pioneira no Brasil. E para a nossa felicidade, hoje, temos um grande número de Estados que estão aderindo à idéia de constituírem as Comissões Permanentes do Mercosul, principalmente nos Estados do Sul e Sudeste, desde Minas gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

E durante esse período senhor presidente, criamos a União dos Parlamentares do Mercosul. Ou seja, uma rede de legisladores que congregam os quatro países membros, através de suas províncias argentinas, os departamentos uruguaios e os Estados brasileiros.

De um ano para cá, quando estivemos abrindo o espaço para a entrada e para o ingresso de outros parlamentares, nos surpreendeu que o último encontro na Província de Mendonza é que o Paraná estava sendo representado por dois eminentes deputados, deputado Plauto e o deputado Fernando Ribas Carli, quando fomos substituídos pela senadora Rubine, da Província de Buenos Ayres.

Naquela oportunidade ficou decidido que nos dias 14 e 15 do mês de dezembro estaremos reunidos na cidade de Florianópolis, onde vamos novamente, traçar algumas diretrizes, debater alguns assuntos pertinentes ao Mercosul. E aproveitar a estada, naquele Estado, dos quatro presidentes do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, quando na oportunidade deveremos entregar alguns documentos, frutos e originários dessa importante reunião que vamos realizar no último mês.

Portanto, também queria aqui aproveitar e agradecer a hospitalidade, o carinho e a amizade que tenho por todos os deputados aqui desta Casa, especialmente o nosso presidente, o nosso líder maior, em nível nacional, presidente da Unale, Orlando Pessuti, que tem sido um grande defensor das nossas Casas Legislativas. E, principalmente, saindo da esfera estadual já tive a oportunidade de perceber a sua importância em encontros internacionais, juntamente com o deputado Seleme, já estivemos nos Estados Unidos representando o Brasil, na Copa, E podemos avaliar que a união de todas as Assembléias Legislativas, que hoje congrega a Unale, isso tem que se dar uma grande importância e ao trabalho que é através do presidente Orlando Pessuti.

Portanto, Pessuti, trago do Rio Grande um abraço carinhoso, fraterno e agradecido pelo seu trabalho em prol da nossa atividade parlamentar.

E a você, meu caro colega presidente Nelson Justus, quero dizer que o Rio Grande se irmana ao seu trabalho. Somos solidários ao seu trabalho e o Rio Grande do Sul e o Paraná têm algumas peculiaridades intrínsecas que se misturam: a sua cultura, seu povo, e principalmente e seu trabalho.

Portanto, queria agradecer a oportunidade e falo aqui também em nome de uma outra função que exerço na Assembléia: sou líder da maior Bancada da Assembléia, do PPB. Lá tenho dupla função, além de presidente da comissão, sou líder da Bancada, portanto tenho que me dirigir às vezes como presidente da comissão e às vezes como líder da Bancada. E, quem é líder sabe do trabalho, do esforço que temos que empreender para que os projetos tenham trânsito e fluxo junto às demais Bancadas.

Um abraço, presidente, muito obrigado pela oportunidade, e deixo aqui um convite a todos para que, no próximo mês estejamos juntos em Florianópolis para, numa grande união com outros países, possamos cada vez melhorar a integração do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado deputado! parabéns pelo seu trabalho no Rio Grande do Sul e seja sempre bem-vindo a esta Casa.

Seguramente estaremos juntos em Santa Catarina.

Gostaria também de anunciar a presença do prefeito de Roncador, doutor Odilon Gonçalves, do prefeito de Campina da Lagoa, doutor Paulo Gonçalves e vereador Almir.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PST, PDT, PT, PMDB, PFL, PTB, PSDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Moção de Apoio ao governo do Estado, subscrito pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Divanir Braz Palma, Élio Rush, e demais senhores deputados, constante do expediente, apoiando o governo do Estado pelo cumprimento da lei ao promover a desocupação de propriedades rurais, vitimadas por invasões comandadas por pretensão movimento social, que não representa nem agricultores e tampouco a sociedade paraense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que institui a Região Metropolitana de Apucarana, constituída pelos municípios que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 303/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica constituída na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Apucarana, constituída pelos municípios de Apucarana, Bom Sucesso, Cambira, Califórnia, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi e Rio Bom.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Apucarana, terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeado pelo governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo prefeito de Apucarana e outros mediante

indicação dos demais municípios integrantes da região metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da região metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a Programação dos Serviços Comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesses da região metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º - Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência e de Reintegração Social Evangélico de Londrina - (Darsel), com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Ministério Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, o projeto artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que denomina de Rodovia do Engenho Argus Thá Heyn, a rodovia PR-407 do entroncamento com a BR-277 à Praia de Leste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, o projeto artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Arte do Brasil, do município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Assurel - Associação dos Supermercadistas da Região de Londrina, com sede e foro no município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre os direitos às promoções das Praças Reformadas ou da Reserva da Polícia Militar, que estiveram afastadas na época de 1961 a 1979 (Regime Militar). COM PARACERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 087, de 26.06.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por finalidade dispor sobre os direitos às promoções das Praças Re-

formadas ou da Reserva da Polícia Militar, que estiveram afastadas na época de 1961 a 1979 (Regime Militar).

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso Parecer é Favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 218/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder às Praças da Reserva ou Reformadas da Polícia Militar, que foram excluídos ou expulsos entre abril de 1964 a dezembro de 1969 e que foram reintegrados por decisão judicial, terão direito às promoções e vencimentos, independente do Curso de Formação e os que na reintegração estavam formados em curso superior, com tempo igual ao superior ao curso universitário, como equivalência.

Art. 2º - Serão concedidas as promoções, na reserva ou reforma, ao posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os limites de idade.

Art. 3º - Estender-se-ão os benefícios previstos no artigo 1º aos pensionistas dos Policiais Militares que hajam falecido naquele período.

Art. 4º - Os direitos estabelecidos nesta lei, serão concedidos mediante requerimento do interessado ao Comandante Geral da Polícia Militar, que se incumbirá do apostilamento e das revisões dos beneficiados.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Irineu Colombo.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 218/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Nelson Justus, objetiva dispor sobre os direitos às promoções das Praças Reformadas ou da Reserva da

Polícia Militar, que estiveram afastadas na época de 1961 a 1979 (Regime Militar).

Sobre a matéria podemos observar que já existe o pronunciamento Favorável com Emenda Substitutiva Geral da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, constatamos nada existir que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, com a inclusão da Subemenda Modificativa à Emenda Substitutiva da C.C.J..

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBEMENDA MODIFICATIVA À
EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. AO
PROJETO DE LEI Nº 218/2000**

Ficam alterados os artigos 1º e 3º da Emenda Substitutiva da C.C.J., os quais passam a vigir com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Praças da Reserva ou Reformados da Polícia Militar, que foram excluídos ou expulsos entre os meses de abril de 1964 a dezembro de 1969 e que foram reintegrados por decisão judicial, terão direito às promoções e vencimentos, independente do curso superior, com tempo igual ou superior ao curso de Formação de Oficiais, ficando as notas obtidas durante o curso universitário, como equivalência.

Art. 3º - Aos pensionistas dos Policiais Militares que, por ocasião do óbito, se enquadrarem no artigo 1º estender-se-ão os benefícios ali previstos.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 218/2000**

Relatório

De autoria do deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei tem por objetivo dispor sobre os direitos às promoções das Praças da Reserva ou Reformados da Polícia Militar, que estiveram afastados na época de 1961 a 1979 (Regime Militar).

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição visa conceder aos membros afastados desta Corporação às promoções das quais o são de direito.

Conclusão

Diante do exposto, seguimos o entendimento da Comissão de Finanças, manifestando o Parecer Favorável, na forma de Subemenda apresentada pela referida Comissão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 097, de 07.08.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/2000**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Baratter, tem por objetivo transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa, atendendo os anseios da comunidade do Oeste do Paraná, realizou na última semana, por iniciativa do deputado Nelson Justus, uma reunião com a Unioeste, (reitora, professores e alunos) com a Secretaria de Estado da Saúde, na pessoa de seu secretário, e com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e diversos representantes das mais variadas classes interessadas no assunto.

Recebemos também parecer conjunto da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, amplamente favorável aos objetivos do projeto, assinado pelos Excelentíssimos senhores Armando Raggio e Ramiro Wahrhaftig.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta Parecer Favorável ao projeto de lei em tela, na forma de Emenda Substitutiva Geral, com o objetivo de permitir que as providências de ordem organizacionais, administrativas, funcionais e patrimoniais da transformação do Hospital Regional em Hospital Universitário, fiquem a cargo do Poder Executivo, que tem competência constitucional para tal.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI N 246/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional de Cascavel, do Instituto de Saúde Pública, Isep, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, Sesa, em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão da Universidade Estadual do Oeste, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti.

Parágrafo Único - O Hospital Universitário do Oeste servirá de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Oeste do Paraná, Unioeste e das Escolas Superiores do Estado, que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor.

Art. 2º - As providências organizacionais, administrativas e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referido no *caput* do artigo 1º desta lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior, Seti.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a remanejar o pessoal que atualmente presta serviços junto ao Hospital Regional de Cascavel e realizar concurso público para contratação de pessoal necessário para a execução das atividades do Hospital Universitário do Oeste.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Nelson Justus, Antonio Baratter, Edgar Bueno, Tiago Amorim Novaes, Duílio Genari, Irineu Colombo, Chico Noroeste, Sergio Spada, Élio Rusch, Nereu Moura e Ademir Bier.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 246/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Baratter, tem por objetivo transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Fundamentação

O projeto já recebeu Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, na forma de uma Emenda Substitutiva Geral, de autoria de vários senhores deputados.

Devido ao pedido para que a proposição tramitasse em Regime de Urgência nesta Casa de Leis, solicitado por vários senhores deputados, pelo Poder Executivo e pela comunidade do Oeste do Estado, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes e a Comissão de Saúde Pública foram chamadas, em caráter extraordinário, para analisar a matéria e apresentar um parecer conjunto sobre a mesma.

Conclusão

Isto posto, entendendo da necessidade urgente da transformação do Hospital Regional em Hospital Universitário, as Comissões de Educação, Cultura e Esportes e de Saúde Pública apresentam Parecer Favorável ao projeto de lei em tela, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 22.10.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator da Comissão de Saúde Pública

ALGACI TULIO

Presidente e Relator da Comissão de Educação,
Cultura e Esportes

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/2000, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que altera a redação do artigo 7º da Resolução 159/90, Regimento Interno desta Casa. **Em votação.**

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente, no dia de ontem não participamos da glamurosa discussão, segundo informações, visto que nos encontrávamos representando a Assembléia, junto com outros companheiros em Londrina, e tomamos conhecimento das discussões bastante democráticas que aqui se posicionaram companheiros nossos a este respeito. Quero dizer a esta Casa que quando o deputado Traiano nos encaminhava para subscrevermos, colocarmos a nossa assinatura, não tomávamos conhecimento do inteiro teor do que ali se assinava.

Ao tomarmos conhecimento de que era apenas uma prorrogação de data para eleição da Mesa, posteriormente tomamos conhecimento de que se tratava também da modificação regimental aonde numa chapa se somarão todos os nomes que irão integrar nessa nova composição da Mesa. Da minha parte, como integrante do Partido Social Liberal, aonde consta ainda o nosso líder Edno Guimarães e o deputado Luiz Carlos Martins, queria aqui

colocar dizendo que realmente só não conversei com eles porque também não sabia da colocação desta forma do chapão.

Agora, hoje tenho oportunidade de me manifestar - primeiro, fui um dos deputados que há muito tempo vêm defendendo uma união da Casa. Não abro mão, por exemplo, - reconhecendo, inclusive, o compromisso do presidente desta Casa, deputado Nelson Justus, que lá atrás dizia que o seu candidato era o Hermas Brandão para presidente. A partir daí entendíamos que o governo do Estado não deveria interferir na eleição da Mesa da Assembléia e se o fizesse, fizesse democraticamente, sem qualquer pressão. E nós, conversando com o chefe da Casa Civil e outros setores do governo, tivemos a grata satisfação de dizer, de ouvirmos dele que não haveria esta interferência e que inclusive eles pleiteavam uma conciliação entre o deputado Hermas Brandão e o seu candidato também a primeiro secretário, o líder desta Casa. Em algumas reuniões sempre falei e defendi e os companheiros sabem, que o Hermas seria o candidato a presidente e o Rossoni o candidato a primeiro secretário. Mesmo que o Rossoni não queira eu voto para ele para primeiro secretário, mostrando o voto aberto como também o deputado Hermas Brandão. O restante, a segunda secretaria, pelo compromisso do deputado Hermas lá atrás com a Oposição, comungo totalmente também da segunda secretaria ser dada à Oposição.

O que aqui quero dizer é que já não concordo que a segunda vice-presidência e que os demais cargos sejam também incluídos sem se obedecer o critério de representatividade partidária. Se o partido que tem cinco deputados tem que ter o direito de opção de preencher estes cargos. A nossa bancada está com três deputados, talvez venha a ter quatro, tem que ser respeitada pelo número de deputados.

Então era esta a nossa colocação, que o cargo do presidente, primeiro secretário, segundo secretário, nada mais justo que haja este chapão até para evitar aqueles cochichos de última hora, conversas de ouvido e inclusive por posições truncadas.

Agora, espero e faço um apelo a Vossa Excelência, presidente da Assembléia, ao deputado Hermas Brandão, ao deputado Rossoni, de primeiro secretário, tudo indica que será, à Oposição a segunda secretaria. Mas os demais cargos, vamos ouvir todos os deputados, todos os partidos, para o preenchimento.

Era essa a nossa posição. Certamente, que estou falando em meu nome e em nome do meu líder, deputado Edno Guimarães.

Comunico à Casa, que estaremos no domingo, agora, em Recife, na Convenção Nacional do Partido Social Liberal, onde os deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Martins também estarão presentes.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, para discutir?

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, o projeto de lei de autoria deste deputado e de alguns outros parlamentares desta Casa, no dia de ontem foi fruto de uma polêmica muito grande. Nós aqui não estávamos em função de estarmos na cidade de Londrina, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados.

Hoje, gostaríamos de fazer algumas considerações aos senhores parlamentares. Reconheço que, ao coletar a assinatura do deputado, talvez, na oportunidade, não o tenha colocado com clareza o objetivo desse projeto de lei. Sei da amizade que desfruto do deputado Cartário - por essa razão acabou assinando o referido projeto.

O importante, senhor presidente, senhores parlamentares, é que nesta Casa, sempre se defendeu, aqui, de forma intransigente, a participação efetiva dos partidos políticos, em todas as decisões da Assembléia Legislativa do Estado.

Esse projeto de lei, na verdade, visa propiciar a oportunidade, para que os partidos representados, nesta Casa, possam ter participação igualitária na discussão da eleição da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

Não se discute, nesse momento, de forma alguma quem será o partido que vai ocupar esse ou aquele espaço. Se discute, sim, o projeto de lei, que visa a antecipação da Mesa. E, com certeza no momento em que se antecipa a eleição, se propicia a oportunidade de fazermos, aqui, um “chapão”, com a participação partidária de todos os partidos representativos, nesta Casa.

Esse é o objetivo maior: aprovado o projeto de lei, passar-se-á com certeza, então, à discussão, aqui, internamente, entre os demais partidos, no sentido de discutir quem ocupará esse ou aquele espaço na futura composição da eleição da Mesa.

É importante que se faça essa ressalva e que os senhores parlamentares tenham a compreensão de que é importante para todos nós essa antecipação e, acima de tudo, é importante a participação partidária. E o projeto de lei propicia essa oportunidade, de que todos os partidos, aqui, desta Casa, possam, real e efetivamente, participar desse processo eleitoral.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados, desde que estou na Assembléia Legislativa, sempre fui um defensor de que as eleições da Assembléia pudessem ser antecipadas. A tese que sempre defendi, é que ela fosse antecipada e já disse isso diversas vezes, na Casa, aos meus colegas, à Vossa Excelência, ao deputado Hermas, que a antecipação não deveria ser, na minha opinião pessoal, para o mês de dezembro, mas, sim, para o primeiro dia útil de fevereiro. E por que eu fazia, no passado, essa argumentação, em especial, com o deputado Anibal

Khury? Porque muitas vezes você fazer eleição e no mesmo momento dar a posse, você faz com que essa posse não tenha aquele brilhantismo e alegria, que a gente pretende, que tenha uma posse em uma Casa Legislativa, como é a nossa. E muitas vezes acontece isso, você chega à Presidência ou uma vice ou uma secretaria em cima de uma disputa muito acirrada, em Plenário, e minutos depois você já está presidindo sem que você tenha tido, inclusive, muitas vezes eu diria até a coragem de convidar os seus amigos, os seus parentes para assistir à sua posse, porque de repente ela não é uma coisa que poderia ser verdadeira.

Então eu sempre defendi que fosse no primeiro dia útil de fevereiro o que daria de 10 a 11 dias para que se preparasse uma sessão solene de posse, para que se convidasse as pessoas.

Hoje estamos discutindo a antecipação, não para o início de fevereiro mas para a primeira quinzena do mês de dezembro, este assunto, como já disse ontem, estamos avaliando, dentro da bancada das oposições. Na segunda-feira vamos ter uma reunião, deve dizer que alguns companheiros estão em dúvida em se antecipar para o mês de dezembro mas sinto, sim, que a maioria está de acordo que isso aconteça. E sendo essa a vontade da maioria devo dizer que a Oposição virá fechada para, com seus 14 votos, votar favoravelmente, se esta for a deliberação que vamos tomar na próxima segunda-feira.

Mas como tenho discutido este assunto, faz algum tempo, tomei a liberdade, na manhã de hoje, através da nossa assessoria, em Brasília, da Unale, de fazer um levantamento de como estão as coisas, a nível de Brasil, em termos de reeleição de Mesa e quanto à data em que essa eleição acontece. Em alguns Estados conseguimos levantar, por exemplo: no Acre, tem reeleição e a eleição é em dezembro; Amapá, tem reeleição e a eleição foi no dia 7/11; Bahia, não tem reeleição e a eleição será no dia 02.02.2001; Ceará, tem reeleição e a eleição será agora em dezembro; Distrito Federal, não tem reeleição e a eleição será no dia 15 de dezembro; Espírito Santo, tem reeleição e a eleição será 14/12; Goiás, tem reeleição e a eleição será no dia 15/12; Maranhão, tem reeleição, já teve a eleição e a reeleição, pela quinta vez do presidente atual no mês de agosto, próximo passado; Minas Gerais, não tem reeleição e estão fazendo uma tentativa para trazer a eleição para o mês de dezembro; Mato Grosso do Sul tem reeleição e a data ainda não foi definida; Mato Grosso tem reeleição e será 14/12; Pará tem reeleição e será no dia 01.02.2001; Paraíba, não tem reeleição e será em janeiro; Pernambuco não tem reeleição e será em 01/02; Piauí, tem reeleição e será em fevereiro; Rio de Janeiro tem reeleição e a eleição será em janeiro; Rondônia tem reeleição e foi no dia 04/10; Rio Grande do Sul não tem reeleição e será feita a eleição no dia 31/01; Santa Catarina, ainda não definiu se tem reeleição ou não, a eleição será em janeiro; Sergipe, tem reeleição e a eleição será 01/02; São Paulo, não tem reeleição e a eleição lá será no dia 15/03, porque a posse dos deputados, em São

Paulo é no dia 15/03; Tocantins, não tem reeleição e a eleição será 01/02.

Portanto, veja, senhor presidente, que cada Assembléia tem procurado encontrar o seu modo de viver, em termos regimentais, em termo de eleição, e por esta razão não vejo nenhuma razão de maior espanto de qualquer um de nós que possamos discutir a revisão do nosso Regimento, a mudança do artigo 7º, propondo, como está proposto a antecipação das eleições, propondo que a posse já no dia 15 de fevereiro, durante a sessão solene de abertura dos trabalhos uma sessão especial porque é abertura dos trabalhos e posse da nova Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, da Mesa Diretora, e também não vejo porque não se discutir esta questão de ser uma chapa, ser duas ou três chapas, porque hoje todos sabemos, a eleição se processa também por chapas.

Temos em primeira sessão preparatória onde se vota a chapa do presidente apenas. Eleito o presidente, toma posse, convoca-se uma segunda sessão preparatória e ele conduz a eleição dos vice-presidentes, e os secretários, que são eleitos numa chapa de três vice-presidentes, e secretários numa chapa de cinco secretários, e as duas votações, os dois votos que damos para a chapa de vice-presidente e a chapa dos secretários se processa num único escrutínio, dentro de um único envelope, então a proposta hoje de se ter uma chapa, de minha parte não me causa maior espanto, não me causa maior estranheza.

Confesso que sou daqueles que gostaria de votar um a um, nove vezes ir à cabine para escolher os meus representantes à Mesa, para eleger os meus representantes para administrar a Assembléia, mas também não vejo que seja um horror, um desespero se você tiver uma única chapa que seja fruto de entendimentos de uma corrente de parlamentares, ou da maioria dos parlamentares, ou quem sabe da unanimidade dos parlamentares que possa ela ser discutida, votada num único escrutínio, numa única cédula, num único envelope.

Mas tudo isso será fruto de discussões ainda mais aprofundadas, certamente teremos Emendas a apresentar. Eu mesmo já disse ontem aqui que vou apresentar uma Emenda porque da forma que o artigo 7º está redigido, a eleição poderia ser no 2º ano até o dia 15 de dezembro, estamos no 2º ano da legislatura, até o dia 15 de dezembro significa que ela poderia ter sido no dia 1º de dezembro deste ano, então temos que estabelecer que ela será até o dia 15 de dezembro, ou então no 1º dia útil da 2ª semana de dezembro, porque aí o presidente e toda a Assembléia saberá que naquele dia, da segunda semana do mês de dezembro teremos a eleição, porque do jeito que está a redação hoje, até o dia 15 de dezembro do 2º ano significa que é do dia 15 de dezembro até o dia 1º de janeiro, quer dizer, poderíamos ter feito a eleição, se assim estivesse o nosso Regimento, no dia 2 de janeiro deste ano, o que realmente não tem procedência.

Encerro por aqui a minha participação. Espero na segunda-feira ter mais informações, já ter as emendas

elaboradas, mas quero acreditar que o que estamos fazendo é legítimo, porque ele vem de encontro ao interesse desta Casa, ao interesse deste Parlamento, de se amoldar a sua realidade, e a realidade no momento, não só desta Assembléia, como de outras Assembléias do Brasil, permite a nós que discutamos e votemos a antecipação das eleições ou não, que mudemos os critérios de eleger o presidente, os vices e os secretários, que fixemos a data da posse para o dia 15 de fevereiro ou que permaneçamos com o dia 13 de fevereiro, como estabelece o nosso regimento no presente momento.

O assunto é palpitante e na segunda, terça, quarta-feira da semana que vem tenho certeza que chegaremos a um final feliz.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, rapidamente apenas, ouvi atentamente ontem aqui as discussões e há uma preocupação pelo menos da minha parte, e não falo isso enquanto bancada do PSB, até porque não discutimos esta questão dentro da bancada, mas deputado Pessuti, Vossa Excelência colocou da sua vontade inclusive de votar de um a um.

Olha, no Congresso Nacional passa hoje uma discussão que na minha opinião é fundamental, e o País todo pede uma coisa, fortalecimento dos partidos políticos porque segundo a história e segundo os analistas políticos e segundo todos nós que participamos da vida política dizemos o seguinte: “Não há democracia sem o fortalecimento dos partidos políticos.”

Ora, negar a possibilidade de se fazer uma chapa dentro da Assembléia Legislativa ou dentro de qualquer regime fechado de decisão, de qualquer entidade é negar o princípio do fortalecimento das bancadas. Se queremos o fortalecimento do partido político e das suas bancadas, não há razão do porquê não estabelecermos a possibilidade de termos a formação de chapas.

Fico preocupado, porque daqui a pouco vão dizer o seguinte: “Olha, se estabeleceu na Assembléia, o que foi enterrado no país, o voto vinculado.”

Não é verdade!

O voto vinculado, meus caros companheiros tem uma diferença extrema com aquilo que está se fazendo aqui. Por uma razão básica. Ora, quem votou para fazer o voto vinculado, votou para que o voto vinculado fosse exercido pela população e não consultou a população.

Estamos decidindo aqui, e todo mundo tem o direito de votar contra ou a favor, se teremos a formação de chapa integral ou não. Mas, quem vai votar? Somos nós. Portanto se a maioria decidir que isso é importante para o Parlamento, isso é democrático, é a maioria. Tem que se submeter a vontade da maioria.

Não estamos decidindo algo aqui, que vamos colocar para outro colégio decidir. Não! Estamos decidindo alguma coisa aqui, para nós mesmos votarmos. Então é altamente democrático. Porque se a maioria decidir pela

votação em chapa única é sinal que a maioria está concordando com esse critério, diferente do voto vinculado, que fui obrigado a votar no voto vinculado e não ajudei a decidir.

Agora, se a população naquela questão do voto vinculado tivesse através de um plebiscito se manifestado e, tivesse dito não ao voto vinculado e, o voto vinculado tivesse sido colocado à população, realmente teríamos o que discutir nesse sentido.

Tanto que é condenada essa atitude da ditadura, de ter colocado o voto vinculado, justamente pelo fato que impôs à população algo que a população não pode discutir.

Aqui não, aqui estamos discutindo e com a total liberdade, com aqueles que não concordarem com a chapa integral, com a formação de chapa única, duas, três ou quatro chapas. Estamos decidindo algo que nós mesmos vamos votar.

Portanto, não é anti-democrático só é essa a minha opinião e é pessoal, porque não discutimos na Bancada, com relação ao projeto, que está aqui, embora particularmente tenha assinado e concordo.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Discutir**)

Senhor presidente, não ia encaminhar esta questão, mas com o brilhante encaminhamento do deputado Zucchi acredito que também posso dar uma pequena contribuição.

Se disputarmos as eleições como está formulada hoje, no Regimento Interno, de repente, poderei ser escolhido presidente ou 2º secretário ou 3º secretário ou vice-presidente, qualquer cargo da Mesa, com pessoas que eu não queira participar. Agora se tenho a oportunidade de compor a minha chapa, vou compor com pessoas que confio e pessoas que vão ajudar a dirigir essa Casa e têm o mesmo pensamento, se têm divergências pelo menos pensa como nós pensamos.

Acho que esta forma que está aí, pode ser discutível, agora ela é democrática. Nem estou fazendo a defesa mas estou colocando a questão, porque é muito melhor você dirigir uma Casa dessa aqui, com uma equipe, com uma composição de chapa, com pessoas que realmente você queria conviver, participar, porque Vossa Excelência teve essa experiência. Você convive diariamente e, não existe nada mais difícil você sentar à mesa com alguém que você não confia e você não quer participar de uma administração tão séria que deve ser essa Casa.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Segunda-feira este projeto de resolução volta para a votação. E inclusive o recebimento de emendas, em que pese já tenhamos recebido algumas.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, atendendo a pedido de vários deputados, de vários líderes de partidos desta Casa, praticamente de todos os partidos políticos, estamos prorrogando o prazo, - muito a contra-gosto do nosso relator, deputado Durval Amaral, que terá um prazo muito curto para analisar as emendas, o prazo será prorrogado até o dia 30, próxima quinta-feira. E já, - de antemão, - comunico que não teremos condições de prorrogar novamente este prazo. E aqueles deputados que já tinham suas emendas prontas até a data de hoje, que encaminhasssem para comissão para que o relator pudesse antecipar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos n°s 2238, 2239, 2241 a 2243, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk e Nereu Moura, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelos autores.**

Requerimentos n°s 2240 e 2244, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk e Nereu Moura, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.**

Requerimento n° 2245, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Nereu Moura e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelos autores.**

Requerimento n° 2250, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n°s 2281 e 2282, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar à Casa, à imprensa, às taquígrafas que com certeza hoje teremos uma grande festa de aniversário do nosso líder aqui na Assembléia, deputado Valdir Rossoni. Que hoje deve estar fazendo uns “28” anos.

Parabéns em nome de todos os parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 088, 226 e 296/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 218 e 246/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 278/99, 322, 344, 380 e 385/2000 e do Projeto de Resolução n° 026/2000.

Levanta-se a sessão.